

Corrupção e poder político

O controle judiciário da moralidade político-administrativa e a construção de uma cidadania ativa



Autora: Simone Barbisan Fortes

Juíza Federal, Especialista em proteção multinível de direitos humanos, Mestre em Direito, Doutora em Ciências Sociais, Professora de Direito Previdenciário e Constitucional

publicado em 30.10.2012

 [\[enviar este artigo\]](#)

 [\[imprimir\]](#)

Resumo

O presente artigo, fazendo uma análise do fenômeno da corrupção e de sua naturalização social, trata do papel do Poder Judiciário no seu enfrentamento, bem como de seu potencial indutor de uma cidadania ativa, protagonista de uma moralização do espaço político, no âmbito de um movimento de luta anticorrupção.

Palavras-chave: Corrupção. Poder Judiciário. Cidadania ativa. Democracia. Política. Moralidade pública.

Sumário: Introdução. 1 A corrupção. 1.1 O ambiente da corrupção. 1.2 A corrupção e seu custo. 1.3 Improbidade e poder político: a corrupção nas altas cúpulas. 2 O enfrentamento da corrupção no Sistema Jurídico. 2.1 A centralidade do Poder Judiciário na luta anticorrupção. 2.2 Construindo uma cidadania ativa. Linhas conclusivas. Referências bibliográficas.

Introdução

Falar em corrupção, no Brasil, não soa como novidade. A palavra frequenta os mais diversos ambientes, correndo do linguajar coloquial ao versado e erudito. Tal disseminação quicá esteja intimamente ligada - como causa ou consequência - a uma espécie de naturalização do fenômeno. Submetida há tanto tempo e com tanta frequência a práticas espúrias, a população, senão que bem as aceita ou admite, sente-se tão solapada que convive com certa apatia com elas.

Essa anomia abriu, durante muito tempo, vias para que se perpetrasse uma ocupação do público pelo privado, em que interesses de poucos sobrepõem-se ao interesse da coletividade, em que negociatas escusas, cometidas entre servidores públicos (aí podendo estar incluídos agentes políticos) e pessoas privadas (físicas ou jurídicas), permitiram o acúmulo nas mãos de poucos, indevida e ilegalmente, de parcela significativa do patrimônio público.

Isso, todavia, não significa que moralmente haja concordância com práticas corruptas. Com o advento da Constituição Federal de 1988, que centrou foco nas questões atinentes à moralidade pública, paulatinamente tem-se observado o crescimento da publicização de casos de corrupção e, muito especialmente, da intervenção do Poder Judiciário no controle de práticas corruptas e ímprobas, em um movimento de reforço da democracia que, de certa forma, retroalimenta o próprio espaço público, fortalecendo a capacidade cidadã de vocalização de demandas em defesa da coletividade.

A experiência tem revelado a importância da atuação judiciária como indutora de uma cidadania que se encontrava acachapada com a naturalização da corrupção e que se postava calada pela ausência de vias para o efetivo controle da coisa pública.

Nessa perspectiva, insere-se o presente debate, que pretende debruçar-se sobre o papel do Poder Judiciário no âmbito da chamada **luta anticorrupção**, sua legitimidade, seu alcance e, mais, seu efeito sobre os demais sistemas, especialmente o social, como **indutor** de uma cidadania ativa, que possa protagonizar o mais efetivo controle sobre práticas espúrias.

1 A corrupção

Emblemática é a afirmação de Lorde Acton, no século XIX: "Todo poder tende à corrupção, e o poder absoluto corrompe absolutamente" (ACTON *apud* RIBEIRO, 2000, p. 37). O exercício do poder tende ao desvirtuamento, à corrupção, daí o amplo e longo debate sobre os mecanismos destinados ao seu controle. A despeito, porém, da disseminação do debate acerca dos desvirtuamentos do poder, expressos no vocábulo *corrupção*, defini-lo não constitui tarefa simples. O fato é que o fenômeno pode assumir diferentes dimensões e percepções, variáveis em consonância com diversos fatores, como momento histórico, situação geográfica e percepções culturais. Essa multiplicidade de abrangências - que poderíamos mesmo indicar quase como polissemia de sentidos -, para além da dimensão puramente teórica, pode produzir efeitos pragmáticos de monta, especialmente no que diz respeito às suas consequências e ao seu controle.

Fundamentalmente, é possível afirmar que a corrupção é fenômeno que se constrói à base de uma indevida sobrepujança do privado e individual em detrimento do público e coletivo, pela transgressão de normas de fundo moral que violam a ideia de **bom governo**, como uma espécie de **patologia política** (FILGUEIRAS, 2008, p. 21).

Ocorre, como lembra Fernando Filgueiras (2008), que talvez um dos mais graves problemas que se revelam em seu combate diz com a contemporânea estreiteza que se dá à sua concepção, determinada a partir da colonização da política pelo discurso econômico - ou a despolitização do político. Nesse movimento, a abordagem central da corrupção dá-se a partir da lógica pura e simples de desvios de dinheiros públicos para setores privados. A corrupção se perpetraria na interface entre os setores públicos e privados, e seus esquemas dependeriam do modo como a organização institucional permitiria o uso de recursos públicos para satisfação de interesses privados, como resultado da ineficiência da administração pública, naturalizando-se a prática corrupta no espaço político - ou indicando uma espécie de **endemia social da corrupção** e a política como o **espaço dos vícios** - e hipervalorizando-se o espaço do mercado para seu controle:

"[...] a visão econômica da corrupção não proporciona uma concepção normativa de interesse público. Ao naturalizar a corrupção como ineficiência do Estado, a perspectiva hoje hegemônica na teoria política não deriva um sentido valorativo da política. Além disso, é uma perspectiva estreita e restrita da corrupção, uma vez que não leva em consideração os aspectos culturais, sociais e propriamente políticos. **O conceito de interesse público envolve, por esse discurso econômico sobre a corrupção, mais o aspecto mercantil do que a discussão de valores e normas.**

[...] Sendo a corrupção a elevação dos interesses privados ao interesse público, percebe-se que **é fundamental a uma teoria da corrupção uma discussão mais abrangente da moralidade política**. Só é possível definir a corrupção na política se buscarmos uma visão dos aspectos consensuais que organizam a prática da política como um todo. A perspectiva, hoje hegemônica, no entanto, cria uma miopia teórica a respeito da corrupção, visto que a compreende apenas pela lógica dos interesses mercantis.

[...] o **conceito de corrupção só é compreensível se tomarmos, de forma**

pressuposta, a discussão de valores e normas. Afinal, só existe corrupção quando uma norma é transgredida. Dessa forma, a corrupção só pode ser compreendida por uma crítica moral da política e suas instituições. (FILGUEIRAS, 2008, p. 20-21) (sem destaques no original)

Também Renato Janine Ribeiro (2000) alerta para os perigos de um reducionismo na percepção do fenômeno, que, decorrente da ausência de uma adequada concepção e percepção da coisa comum, do bem ou do interesse público, promove sua equiparação à coisa particular e, assim, assimila a corrupção ao mero delito patrimonial, como uma espécie de furto. Tal percepção desloca, segundo o autor, um problema de direito constitucional, de constituição de relações sociais, para uma questão penal de atentado ao patrimônio, diminuindo de modo absurdo sua relevância.

É preciso sobrepujar esse reducionismo que assemelha a corrupção ao simples furto, vendo a apropriação indevida da coisa pública em uma perspectiva puramente econômica (que a assimila à coisa particular), pois em verdade ela não se confunde com uma desonestidade qualquer, como bem pontua Renato Janine Ribeiro (2000). Mais do que apropriação indevida de um bem de conteúdo econômico, a corrupção implica (e é produzida a partir de) um desgaste nos costumes, reduzindo a força do regime político democrático:

"Será preciso, então, se queremos entender bem a corrupção - e pôr-lhe cobro -, recuperar seu sentido político. Isso significa não mais reduzi-la a furto, não considerá-la como um assalto aos contribuintes, como um ataque ao condomínio. Significa, numa palavra, retirá-la do enfoque proprietário, sob o qual é lida a coisa pública. **O bem comum não é apenas um bem, no sentido usual - e restrito - que o capitalismo atribui a esse termo. Ele é um bem num sentido também, ou sobretudo, moral, ético; não apenas uma propriedade, mas algo positivo, que se contrapõe ao que é visto como mal ou, pelo menos, como mau.**

[...]

Para sair dessa cilada, a primeira estratégia, cuja necessidade salta aos olhos, consiste em recuperar o sentido próprio da coisa pública. É preciso devolver aos costumes, aos mores, o lugar central que devem ocupar numa sociedade republicana ou democrática. Vencer a corrupção não é simplesmente assegurar o bom trato do dinheiro público: é garantir o respeito ao outro, a qualquer outro." (RIBEIRO, 2000, p. 178-179) (sem destaques no original)

A adequada leitura da corrupção, portanto, dependeria da recuperação do sentido próprio da coisa pública, isto é, uma dimensão alargada de moralidade que se vê ferida por práticas espúrias - para além, muito além da simples dimensão econômica.

A percepção ampliada da corrupção - a partir da violação moral ao interesse público, ultrapassado o reducionismo da visão patrimonial ou econômica - é condição de extrema relevância para que seu combate assuma contornos mais efetivos e que produza um paulatino e crescente envolvimento da sociedade com o sistema político, lançando as bases de seu controle moral a partir do sistema social, com o apoio do sistema jurídico.

Essa percepção exige que se admita a imensa complexidade do fenômeno corrupção, cuja compreensão, como bem pontua Céli Regina Jardim Pinto, passa por considerar uma série de fatores, como "poder político e econômico concentrados; profundas desigualdades sociais; pouca ou nenhuma noção de interesse público; o não reconhecimento do direito a ter direitos e a própria falta de garantia de direitos; noção de direitos desiguais introjetada na cultura; elites distanciadas do restante da população; falta de controle social" (PINTO, 2011, p. 7).

Assume-se, assim, com Filgueiras (2008), que há distintas formas de corrupção que, em diferentes contextos interativos, no âmbito do discurso político, são combinadas de forma a identificar o oposto das normas orientadas ao controle do agir político. Veem-se, assim, formas de corrupção política, cultural, social e

econômica, que ferem os juízos morais, respectivamente, de decoro (pela prevaricação, com não cumprimento dos deveres cívicos), dos costumes (pela desonestidade, com práticas simbólicas tidas como corruptas ou corruptoras), do respeito (pela usurpação, com práticas ilegais que visam à ampliação do prestígio e renda) e da confiança (pela fraude, com a apropriação indébita de algo do domínio comum, mediante ação ilegal) (FILGUEIRAS, 2008, p. 141).

Em suma, a corrupção não se limita ao aspecto monetário, mas, como refere Filgueiras, expressa-se "como discurso, de forma plástica e flexível, conforme valores e normas pressupostos" (2008, p. 87), um juízo que contém um qualificativo moral desenhado a partir dos termos do que pode ser tido como boa conduta do corpo político (nas diversas dimensões mencionadas pelo autor e compreendidas a partir dos diversos fatores apontados por Céli Regina Jardim Pinto). A ideia central, aqui, é a de que há uma ligação intrínseca entre corrupção e moralidade, em que aquela deriva dos juízos morais dos atores, ao julgarem determinada ordem política em função de dados conceitos normativos (expectativas comportamentais normativas, das quais se afastam) (FILGUEIRAS, 2008, p. 139), pois, como assinalara Montesquieu, em seu **O Espírito das Leis**, "a corrupção de cada governo começa quase sempre pela dos princípios" (MONTESQUIEU *apud* FILGUEIRAS, 2008, p. 143).

1.1 O ambiente da corrupção

Conforme mencionado acima, a corrupção deve ser compreendida a partir da conjugação de uma série de fatores que ensejam aquilo que poderíamos denominar **ambiente da corrupção**. Há, todavia, uma tendência à simplificação e ao reducionismo do fenômeno, que nesse campo talvez se expresse na percepção generalizada - senso comum - de que a corrupção, em maior ou menor nível, configura um traço intrínseco, uma linha definidora da própria constituição da sociedade brasileira. Nessa lógica reducionista, a anomia social, ou aceitação das práticas ilegais, decorreria de uma certa partilha, ou generalização por toda a sociedade, de atos de corrupção.

No cenário local, como lembra Renato Janine Ribeiro (2000, p. 162), há uma tendência em nossa sociedade a considerar a corrupção como um traço cultural: "a identidade nacional passaria pela corrupção generalizada". A tese reinou e ganhou espaço na mídia nos anos 1990, indicando que o fenômeno corrupção não existiria sem uma cultura social corrupta, que aceitasse e endossasse, mesmo que tacitamente, a prática - visão que, na realidade, oferecia uma **"leitura empobrecedora do fenômeno corrupção"** (RIBEIRO, 2000, p. 163). Na mesma linha, Leonardo Avritzer e Fernando Filgueiras lembram que a opinião pública reconhece que a corrupção, no Brasil, seria endêmica (2011).

Essa percepção, todavia, até mesmo pelos motivos acima já abordados, é evidentemente insuficiente para indicar a perpetuação dos episódios de corrupção em território brasileiro. Se bem identifica uma espécie de anomia social em relação ao fenômeno - aceitação quase silente da população às práticas políticas ímprobas -, certamente não a explica de forma adequada por ignorar todos os âmbitos perpassados por esse fenômeno.

Interessante notar, com Renato Janine Ribeiro, que essa visão permitiu, de certo modo, uma **"abordagem antropológica do fenômeno corrupção"**, indicando suas raízes profundas e, portanto, realçando que sua eliminação da vida política e social precisa enfrentar todas as ramificações, sendo evidentemente insuficiente um enfrentamento meramente voluntarista ou jurídico (RIBEIRO, 2000, p. 163). Nada obstante, "sua maior falha consiste em igualar a todos, ignorando os distintos graus de responsabilidade que há em torno da corrupção", o que "dificulta a ação política necessária para identificar e punir os principais responsáveis pela rede de corrupção, bem como para rastrear as instituições e os costumes que mantêm essa contrafação do Estado de Direito" (RIBEIRO, 2000, p. 164).

A anomia ou paralisia social ante a corrupção, considerando-se seus múltiplos enfoques e suas mencionadas raízes profundas no cenário nacional, talvez seja melhor explicada por aquilo que Céli Regina Jardim Pinto chama de **legitimidade da hierarquia das desigualdades** (2011): o Brasil

contemporâneo nos apresenta um sério desencontro entre os direitos constitucionalmente assegurados e as possibilidades concretas de sua fruição, de modo igualitário, pela população, desencontro que constitui a condição primordial para a normalização de tal hierarquia. Na medida em que as pessoas normalizam o fato de que direitos serão alcançados de forma distinta, hierarquizada, a diferentes camadas da população, legitima-se a **hierarquia das desigualdades**, que é justamente onde "habitam as condições de possibilidade da corrupção, do nepotismo e de outros ilícitos de natureza semelhante" (PINTO, 2011, p. 28).

Em outras palavras, a hierarquia das desigualdades, socialmente legitimada, revela-se como a naturalização da desigualdade social, que se exprime sob a forma de pequenos e grandes privilégios decorrentes das pequenas e grandes hierarquias, e que assim leva a uma espécie de aceitação anômala, ou ao menos silenciosa, dos privilégios e ganhos escusos da corrupção. É uma espécie de vivência da diferença em relação aos direitos - conforme a inserção de cada um na hierarquia social -, em que a ilusão de igualdade dos desiguais pela cidadania restrita não garante efetivo acesso ao espaço público - gozo e exercício de direitos, vocalização de demandas, participação efetiva na vida social. Assim, "a improbidade, o dar um jeitinho, a pura e simples sonegação, a corrupção em si, estão espalhados no tempo e no espaço no Brasil. O tempo republicano no país nunca chegou a tornar-se um tempo de construção de uma sólida cidadania, quando, mesmo com suas limitações liberais, se criaria um sentido de igualdade e de respeito à lei" (PINTO, 2011, p. 55).

Em uma perspectiva mais ampliada, vê-se que a corrupção contemporânea encontra-se associada a uma crise de legitimidade do Estado, que não consegue mais dar conta de todas as demandas que se lhe colocam, isto é, não consegue converter demandas em políticas efetivas, em direitos usufruíveis. A soberania se esboroa, a participação política fica cada vez mais restrita e põem-se em crise as identidades que organizam a cidadania (nesse sentido, FILGUEIRAS, 2008, p. 146).

Em linhas sintéticas, portanto, aquilo que se vê como uma **cultura de corrupção** em verdade deve ser melhor lido como uma **ausência de cidadania plena**, isto é, como efetiva partilha de valores morais em uma sociedade em que direitos e voz sejam alcançados, de forma igualitária, a todos. Direitos escritos tão somente no papel, mas que não se convolvem em efetivas benesses e, fundamentalmente, em vida digna para todos, engendram um sistema em que privilégios hierárquicos passam a ser vistos como naturais, em que a cidadania se reduz ao voto e em que o social não controla, de fato, o espaço público. Pensar a corrupção no Brasil, portanto, passa necessariamente por enfrentar esse cenário em que ela se constrói, cotidianamente, à custa de uma democracia ainda cambaleante, por conta da profunda desigualdade que assola o país.

1.2 A corrupção e seu custo

A despeito de ter-se afirmado a necessidade de abordagem do fenômeno corrupção para além de seu viés econômico, bem como do pressuposto de ofensa moral ao interesse público para sua ocorrência, condição mesmo para que seu combate possa surtir efeitos, não se pode ignorar que uma das dimensões mais perceptíveis de sua operação é justamente aquela que se dá sobre o patrimônio público. Uma abordagem pragmática não pode, pois, ignorar que os efeitos nefastos da corrupção produzem um ferimento à coisa pública, que têm um custo expressivo e que este - fugindo-se da visão que assimila a apropriação indevida da coisa pública à apropriação da coisa privada - tem um valor extremo (para além do econômico) que pode ser expresso, de forma clara, em diminuição na qualidade de serviços públicos quicá essenciais e, via reflexa, podem mesmo importar na restrição/violação de direitos fundamentais.

No Brasil, pode-se afirmar que esse grave custo tem implicações bastante significativas, na medida em que reforça as desigualdades cuja hierarquização, legitimada, como defende Céli Regina Jardim Pinto (2011), sustenta as bases da perpetuação de práticas corruptas. A apropriação de recursos públicos, de forma indevida e ilegal, gera a movimentação de uma espécie de **círculo de anticidadania**, em que desigualdades são realçadas, populações são alijadas da

condição cidadã e, em contrapartida, abre-se caminho para a proliferação da corrupção.

Medir a corrupção e aferir seu custo econômico importa, necessariamente, na eleição de critérios determinados para tanto, critérios estes que, obviamente, nunca conseguirão captar a totalidade do fenômeno, de um lado, bem como, de outro, jamais o mensurarão com precisão absoluta. Isso porque se trata de prática que se move nas entranhas do poder, às escuras, e cujo êxito dá-se justamente na invisibilidade: o que vemos é a corrupção que não deu certo, aquela que veio a lume e que, portanto, não pode ser tomada como parâmetro numérico absoluto da improbidade. Assumindo essa limitação, ainda assim as mensurações são bastante relevantes, pois têm o mérito de nos dar uma dimensão objetiva e quantitativa mínima acerca do universo do qual estamos tratando.

Nessa linha, uma análise bastante interessante, no campo da economia política, sobre os custos econômicos que podem ser gerados pela corrupção é aquela focada no desempenho econômico (medido em eficiência e crescimento), vale dizer, que identifica a relação entre ela, as instituições e o crescimento econômico (SILVA, 2000). Isso porque, para além da apuração simples acerca dos custos diretos com eventuais propinas e desvios, indica tal linha teórica o retardamento do crescimento econômico das nações submetidas a altos índices de corrupção, na medida em que esta: 1. reduz o incentivo ao investimento produtivo, limitando a competitividade do país; 2. desestabiliza o ambiente de negócios do país, colocando-o em desvantagem, pois gera incerteza quanto à necessidade de pagamento adicional para viabilização de projetos; 3. provoca queda nas receitas arrecadadas do governo, com perdas orçamentárias, dado o desvio de certo montante para atividades ilegais; 4. reduz a eficácia dos recursos distribuídos pelo setor público; 5. promove alocação ineficiente dos recursos, já que ativos financeiros são desperdiçados em atividades improdutivas; 6. gera ineficiência na administração pública; 7. distorce a composição dos gastos públicos (MAURO, 1997; TANZI e DAVOODI, 1997; SILVA, 2000; RAMALHO, 2006, *apud* FIESP, 2010).

O Brasil ocupa, no cenário mundial, posição não muito favorável no que tange ao *ranking* de corrupção. Segundo a ONG Transparência Internacional, de um total de 180 nações, o país figurava na 75ª posição, em 2009 (*ranking* de corrupção percebida). Como revela estudo elaborado pela Fiesp (2010), esse índice aponta para um custo extremamente elevado, que prejudica o aumento da renda *per capita*, o crescimento e a competitividade do país, compromete a melhoria de condições econômicas e de bem-estar social da população, impede o melhoramento da infraestrutura do país e de estabelecimento de um ambiente de negócios mais estável para as empresas.

Como bem menciona o estudo, os reflexos dos custos causados pela corrupção são gravemente sentidos pela sociedade em diversos aspectos. Nos países onde a corrupção percebida é menor, o PIB (produto interno bruto) *per capita* e o IDH (índice de desenvolvimento humano) são mais elevados, o que sugeriria a hipótese de que "os países mais corruptos, por terem maior probabilidade de desvios de recursos, acabam por obter menor efetividade na educação e saúde, implicando menores níveis de IDH" (FIESP, 2010, p. 21).

Com base no **Índice de Percepção de Corrupção** (CPI, na sigla em inglês) apurado pela ONG Transparência Internacional, a Fiesp buscou mensurar esses nefastos efeitos. Segundo tal análise, os gastos anuais com corrupção no Brasil (cujo índice CPI foi de 3,65) podem ser estimados, em comparação a um cenário de controle razoável de práticas ímprobas (índice CPI 7,45), em R\$ 41,5 bilhões, correspondendo a 1,38% do PIB (para o ano de 2008). Em uma hipótese de contraposição da realidade brasileira a um cenário de controle ideal (com inexistência de corrupção, índice CPI 10), o dispêndio atingiria assustadores R\$ 69,1 bilhões, totalizando 2,3% do PIB (FIESP, 2010). Considerando que essa última estimativa representa um referencial teórico ideal (corrupção zero), e assim elegendo o primeiro deles para efeito avaliativo (CPI 7,45), pode-se fazer uma projeção mais clara das perdas que o custo corrupção impõe ao país:

"Tem-se que 27% do valor que o setor público gasta com educação representa o

montante total que se perde com a corrupção no Brasil. O custo da corrupção constitui uma parcela ainda maior do orçamento público da saúde: cerca de 40%. Em relação à segurança pública (primeiro item de preocupação dos brasileiros, segundo pesquisa do IBOPE em 2007), o custo médio anual da corrupção de R\$ 41,5 bilhões ultrapassa o gasto de R\$ 39,52 bilhões dos estados e da União em segurança pública em 2008." (FIESP, 2010, p. 28)

O quadro desenhado pela pesquisa revela a gravidade das repercussões da corrupção como prática instituída, no Brasil, a demandar assim enfrentamento que possa (re)construir a noção de cidadania plena e emprestar à sociedade o controle sobre seus mandatários.

1.3 Improbidade e poder político: a corrupção nas altas cúpulas

Demonstradas as premissas para as práticas ilegais e ímprobas (pela violação ao acordo moral de boa condução do interesse público), bem assim o cenário social de sua construção e de sua perpetuação (à base da subcidadania, ou da **legitimidade da hierarquia da desigualdade**), cabe por fim mencionar que essa deletéria combinação de certa maneira encontra um ambiente de reprodução ainda mais forte no âmbito das altas cúpulas de poder.

Em boa medida, a corrupção se verifica como uma aliança entre mandatários da sociedade - sejam funcionários públicos, sejam agentes políticos -, que deveriam expressar o interesse público, exercentes portanto do poder político, de um lado, e aqueles que expressam o interesse individual e privado, exercentes do poder econômico, de outro. A apropriação do público pelo privado, com a conivência e a participação daqueles que deveriam ser agentes do público, revela-se assim sob a forma de aliança espúria entre o poder político e o poder econômico.

É certo que pequenos conchavos se travam em âmbitos mais modestos, envolvendo funcionários públicos de baixo escalão - como, *v.g.*, no pagamento de pequenas propinas para obtenção de favores administrativos. Todavia, é nas altas cúpulas, exatamente na esfera do exercício máximo do poder político, e no seu entorno (como no que diz com os cargos em comissão) que o mal da corrupção alça seus mais perigosos e destrutivos voos.

Se, de um lado, é justamente aos mandatários do povo - sejam eles vereadores, sejam prefeitos, deputados (estaduais ou federais), governadores, senadores ou presidente da república - que caberia o maior dever de correção moral e bom trato da coisa pública, de outro, em contrapartida, é justamente no universo dos respectivos desvios de conduta (práticas de corrupção) que se encontram as maiores dificuldades de responsabilização efetiva.

A esse propósito cabe aqui referir, *en passant*, o descompasso que parece haver entre a importância de tais cargos - que traz, amalgamada em si, um conteúdo de maior dever moral de probidade e de civismo - e o tratamento diferenciado e pouco responsivo que tem sido dado aqueles que violam seus deveres públicos, com práticas de corrupção.

Se, por um lado, para além mesmo da dimensão moral do interesse público, no âmbito sociológico, tem-se no campo normativo a alusão a uma **Carta Magna Ética**, cujo conteúdo aponta para o homem público graves deveres no trato administrativo com o interesse coletivo, que chega a ser nominado de **princípio da moralidade institucional** (ANJOS NETO, 2004), por outro, sua violação não tem importado trato igualitário, uniforme e adequado, apto a corrigir os rumos da condução do bem comum.

É justamente por conta desse descompasso que a discussão aqui posta se torna necessária - na medida em que o tratamento diferenciado, reforçando a **hierarquia das desigualdades**, pode enfraquecer o necessário movimento de geração de uma cidadania ativa, com o envolvimento social no controle dos governantes, em nome do interesse público.

2 O enfrentamento da corrupção no Sistema Jurídico

O advento da Constituição Federal de 1988 importou em grande ampliação dos mecanismos de controle do interesse e dos bens públicos, bem assim de coibição e punição dos atos de corrupção. Nesse novo desenho institucional, ganhou sobremaneira importância o Poder Judiciário, como instituição legitimada a dar resposta aos casos de violação dos deveres constitucionais de probidade no trato da coisa pública.

O permanente risco de degeneração no exercício do poder político engendrou a necessidade da abordagem constitucional do tema, com ampla preocupação na proteção da moralidade administrativa, com a criação de instrumentos aptos a corrigir os desvios, com atribuição de poderes a atores capazes de efetivar controle sobre a atividade administrativa e política (especialmente o Ministério Público) e, em última análise, com a afetação de um poder que pudesse dar conta de proceder a seu julgamento e sua punição, via de acesso efetivo às demandas sociais pertinentes a esse tema.

Como lembra Renato Janine Ribeiro (2000), com a grande criação da Revolução Francesa que foi a **soberania popular**, e o poder irrestrito que dela emanaria, os ingleses e depois os norte-americanos passaram a adotar a política conhecida como *checks-and-balances*, a fim de evitar o potencial corruptor do poder: "a diferença entre o poder (...) e o poder absoluto é que a capacidade corruptora do primeiro pode - e deve - ser limitada por um outro poder, que a ele se contraponha, que o equilibre" (RIBEIRO, 2000, p. 37).

O Estado tratou, pois, de criar um sistema em que o próprio Estado pudesse dar resposta às incorreções de rota que se verificassem, com violação aos deveres legais e constitucionais, e o fez de diversas formas e em diversos níveis (v.g. no controle exercido pelos Tribunais de Contas), porém privilegiando um sistema distinto do sistema político, que pudesse fazer leitura imparcial e neutra dos fatos - portanto com maior legitimidade -, qual seja, o sistema jurídico.

2.1 A centralidade do Poder Judiciário na luta anticorrupção

Na luta anticorrupção, portanto, o Poder Judiciário assumiu um papel de centralidade, que em boa medida decorre de tratar-se de instituição que fala a partir de outra perspectiva, diversa daquela em que geralmente se movem os interesses que redundam na corrupção, que é a esfera política.

Nesse sentido é que Fernando Filgueiras (2008), ao abordar o problema da desocultação da corrupção, indica o quão desastrosa é aquela procedida a partir do próprio campo político - já que, estando envolvidos interesses contrapostos, de correntes político-partidárias diversas, em geral produz uma precipitação do juízo (não jurídico), com pretensão de verdade, que nem sempre resulta em responsabilização. Trata-se de uma espécie de **denuncismo moral**, produzido com "um discurso marcado por hipérboles, destinado a aumentar ou diminuir a verdade da corrupção", mas que "não implica a elaboração da responsabilidade, mas de uma lógica assentada no escândalo e no esquecimento coletivo" (FILGUEIRAS, 2008, p. 172-173). Interessa, pois, ao sistema político o denunciismo estéril - que pode render frutos políticos, mas que não se convola, necessariamente, em responsabilização e, mais, que pode implicar juízos antecipados que não correspondem à verdade dos fatos, daí decorrendo a necessidade de que o **desocultamento** da corrupção seja produzido a partir de um campo diverso:

"No campo político, não existe nenhum mecanismo que permita afirmar uma verdade factual da corrupção de maneira desinteressada, de modo que a autonomia do campo a torna esotérica ao cidadão comum. [...] É fundamental perceber que a corrupção deve ser desocultada fora do campo político [...]. Não cabe à política o papel de narrador imparcial, porquanto seus juízos são assentados no plano das necessidades e dos interesses." (FILGUEIRAS, 2008, p. 183-184)

O campo jurídico, assim, mostra-se justamente como aquele em que, fora do domínio político, pode-se encontrar um narrador imparcial e desinteressado, que assim não incorra na dramatização e no exagero a que normalmente tendem as

abordagens sobre fatos de corrupção (cf. FILGUEIRAS, 2008):

"O Direito possui uma formalidade que neutraliza as pressões externas ao campo, de maneira a instaurar uma imparcialidade garantida de modo procedimental, porque é dotado de um rigor interpretativo que assegura sua autonomia. [...]"

Pelos efeitos da neutralização e da universalização, o contexto do direito é propício à desocultação da corrupção, na medida em que se trata de um campo estruturado na imparcialidade. Ou seja, as disputas dentro do campo jurídico, por serem supostamente neutras e universais, envolvem a descrição da realidade corrupta pelo invólucro da formalização, que retira de cena os discursos assertóricos próprios do campo político. [...] Isto é, pelo caráter de neutralidade e universalização, o direito revela-se como depositário de ideias corretas, porque assentadas em uma concepção de verdade que dá à sua estrutura o poder autoritativo enquanto técnica social para a resolução de conflitos.

A verdade da corrupção, nesse sentido, apenas pode ser revelada na autonomia relativa do campo jurídico, o único dotado da competência específica para neutralizar as pressões e os interesses vindos de fora." (FILGUEIRAS, 2008, p. 186; 188) (sem destaque no original)

O Poder Judiciário mostra-se, nessa perspectiva, como *locus* adequado para esse **desocultamento da corrupção**, imbuído que está dos elementos legitimantes a exercer tal função de modo neutro, equidistante e sem cair na espetacularização que costuma ser própria do tema quando abordado por outros sistemas, como o político ou o midiático.

Bem ilustrando essa pertinência, pondera Jean-Louis Briquet (2009), ao abordar a luta anticorrupção na Itália (durante a crise política 1992-1994), que o reconhecimento coletivo dado ao Poder Judiciário como empreendimento de moralização dependia, por óbvio, de sua capacidade de obtenção de apoio e de mobilização de outros setores sociais (particularmente o político), o que foi obtido.

Assumindo ativamente tal papel, o Poder Judiciário acaba por, inversamente, promover pressão sobre os demais sistemas, de modo a garantir seu posicionamento alinhado à luta anticorrupção. Segundo Jean-Louis Briquet (2009), na Itália, o reconhecimento dado ao sistema jurídico, sobre o eixo da "questão moral", acabou por forçar os outros atores do jogo político a se posicionarem, o que significou um grande ganho para a democracia: o empreendimento dos juízes anticorrupção e antimáfia, assim, segundo sua visão, pode impedir alianças políticas para reativação do jogo político que a autoridade judiciária pôs em questão. Em outras palavras, o magistério moral e político dos atores judiciários no momento da crise aumentou a capacidade do direito de intervir sobre a luta política, mostrando-se assim mais eficaz do que a simples divulgação ou publicização das práticas ilícitas.

Vale dizer: se de certa forma a atuação do Poder Judiciário pode impor ao cenário político o compromisso de adequação às práticas probas, ao comportamento lícito, ao cuidado com a coisa pública de forma pertinente e adequada.

Como se afirma no relatório da Fiesp (2010), o custo elevado da corrupção no Brasil, que prejudica seu crescimento, demanda ações anticorrupção focadas em duas principais questões, quais sejam: "criação e fortalecimento dos mecanismos de prevenção, monitoramento e controle da corrupção na administração pública" e "redução da percepção de impunidade, por meio de uma justiça mais rápida e eficiente, de modo a induzir a mudança de um comportamento oportunista".

Céli Regina Jardim Pinto ressalta, a propósito, que "quanto maior for o número de casos de corrupção descobertos, investigados, julgados e condenados, de fato mais perto estamos de desnaturalizar o quase 'direito de ser corrupto' incorporado por significativas parcelas da elite brasileira" (2011, p. 8).

Nesse sentido, Rachel Meneguello afirma que o melhor caminho para enfrentar a corrupção é justamente o aprimoramento das instituições, de forma a que elas readquiram a confiança dos cidadãos (2011), o que, em boa medida, pode ser construído à base de um controle Judiciário neutro e eficaz.

É preciso, porém, ficar atento ao que Fernando Filgueiras (2008) diagnosticou como o direito se convolvendo em gramática política, tornando-se submisso ao uso estratégico pelos agentes políticos. Na medida em que o campo político se vale do campo jurídico para transformar as disputas políticas em disputas jurídicas, buscando mimetizar verdades, o Poder Judiciário pode perder sua legitimidade para enfrentar a corrupção. Dito de outro modo: se o sistema jurídico se deixa colonizar, invadir pelos interesses políticos, dramatizando o trato das situações de corrupção que lhe são postas a julgamento, de certa maneira perde sua neutralidade e sua impessoalidade e acaba por dar voz ao escândalo político, muitas vezes fornecendo reforço argumentativo a interesses escusos presentes em disputas pelo poder. Trata-se, pois, de evitar que os tribunais se tornem "espaço para a denúncia de corrupção e maximização de ganhos políticos", com a "denúncia transformada em escândalo" (FILGUEIRAS, 2008, p. 192).

Feito esse alerta e recolocando-se o direito em seu pertinente lugar, em que se coloca sistemicamente aberto às percepções sociais, porém filtrando-as para sua própria linguagem e adequando as expectativas sob o viés da neutralidade, o Poder Judiciário pode e deve, legitimamente, debruçar-se sobre o tema e, como ator privilegiado, "estabelecer o juízo a partir dos valores, de acordo com princípios balizados nas virtudes e na honestidade dos agentes políticos" (FILGUEIRAS, 2008, p. 195).

Fernando Filgueiras muito bem resume:

"Fundamentalmente, trata-se de reintegrar Direito, moral e política, ou seja, a desocultação da corrupção no seio do campo jurídico, que traz o inconveniente do escândalo, depende menos da lógica procedimental estreita do que da capacidade das instituições jurídicas de processar as expectativas normativas da sociedade. Isto é, transformar demandas republicanas e comunitárias em regras claras e executáveis. Não significa reprimir o poder da mídia e do campo político no Direito, mas impedir sua instrumentalização pela via de uma maior abertura ao debate público a respeito dos efeitos e do alcance da corrupção no âmbito da administração do público. O judiciário deve contribuir para esse debate, impedindo os discursos assertóricos emitidos pela lógica estritamente instrumental. **A corrupção jamais será desocultada no campo político; porém, no campo jurídico, ela pode ser motivo de aprendizado moral no âmbito das instituições, porquanto o judiciário é capaz de se tornar responsivo diante das expectativas sociais.**" (FILGUEIRAS, 2008, p. 194-195) (sem destaques no original)

A atuação do Poder Judiciário no controle da corrupção, de forma rápida e eficiente, altamente responsiva à gravidade do problema, pode colaborar para aprimorar as instituições e aumentar seus níveis de confiança, estimulando, em outra mão, a crescente participação social no espaço público.

O combate à corrupção pela via judiciária pode, assim, de fato fortalecer a luta anticorrupção em todos os campos, dado **o efeito-demonstração** que ela proporciona, fazendo emergir o debate na sociedade civil e, mais do que isso, estimulando seu próprio protagonismo (PINTO, 2011), ou seja, realmente ativando as bases de uma cidadania atenta e participativa.

2.1 Construindo uma cidadania ativa

Como agente que detém legitimidade para controlar e punir práticas ilícitas que violem o interesse público, o Poder Judiciário assume, assim, também de forma substancial, importante papel na construção de um espaço público em que a cidadania se faça efetiva e a sociedade possa, de fato e em totalidade, compartilhar a vida em comum e ditar as bases morais de sua convivência, controlando o exercício do poder outorgado a seus governantes.

Como pondera Guilherme O'Donnel (1998), nas historicamente recentes

democracias políticas (ou poliarquias) da América Latina - dentre as quais nos permitimos inserir o Brasil -, revela-se uma *accountability* horizontal fraca: embora tenham eleições razoavelmente livres e justas (que permitiriam ao cidadão **punir** ou **premiar** mandatários com o depósito do voto em seu favor ou não) e contem com liberdade de opinião e associação, com mídia razoavelmente livre (que permitiria cobertura regular das mais visíveis reivindicações sociais e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas), constituindo uma *accountability* vertical, o fato é que tais elementos não são suficientes para garantir eficácia do sistema de controle. Segundo ele,

"[...] a insatisfação popular não necessariamente desencadeia procedimentos públicos apropriados, mesmo se a legislação existente os requer. **Quando, como acontece nas novas poliarquias, há um sentimento generalizado de que o governo repetidamente incorre em práticas corruptas, a mídia tende a substituir os tribunais.** Ela denuncia possíveis delitos, nomeia seus supostos responsáveis e divulga quaisquer detalhes que julgue relevantes. Algumas autoridades corruptas são, então, poupadas das punições que teriam provavelmente resultado da intervenção dos tribunais ou outras agências públicas. Outros, no entanto, que podem ser inocentes de qualquer impropriedade, assim como aqueles contra os quais nada pôde ser provado, se veem condenados pela opinião pública, sem o direito a algo parecido com um processo justo para sua defesa." (O'DONNELL, Guillermo, 1998, p. 29-30) (sem destaque no original)

Uma atuação densa, limpa, neutra e eficaz do Poder Judiciário nos casos de corrupção, portanto, como acima já pontuado, é altamente necessária, quicá como única via, neste momento, apta a dar confiabilidade ao controle de probidade no trato da coisa pública - o mencionado **efeito-demonstração** -, colaborando e estimulando a movimentação social em torno do tema.

A mencionada **legitimidade da hierarquia de desigualdades**, sobre a qual se constrói o cenário de apatia social acerca do fenômeno da corrupção - e que pode também ser lida, sob outro viés, como uma espécie de cidadania passiva, ou subcidadania, em que as pessoas são alijadas da possibilidade de efetiva participação na vida pública e conformam-se com pequenas e grandes desigualdades -, pode assim ceder passo na medida em que ações judiciais restabeleçam a confiança das instituições, efetivando real controle sobre práticas ilícitas.

A propósito, cabe mencionar que a superação da naturalização das desigualdades pode e deve fazer-se, em certa medida, com a crescente outorga de direitos e voz aos cidadãos, que lhes permita autonomia para intervenção efetiva na vida pública. Esse movimento não é simples e fácil, em ambientes onde grassam miséria e profunda desigualdade social, como no Brasil. É justamente por isso que o alcance da condição de cidadania plena - ou a superação da **hierarquia de desigualdades** como fator legitimante de práticas espúrias - passa, como afirma Céli Regina Jardim (2008), tanto pela redistribuição econômica (superação da brutal desigualdade de renda) quanto pelo reconhecimento (superação da condição de marginalidade social). Talvez seja o caso de mais uma vez ressaltar o papel do sistema judiciário - mormente no campo do controle e punição de práticas corruptas -, uma vez que, ancorado nos instrumentos que lhe foram dados pela Constituição Federal de 1988, pode, como se disse, capitanear a luta anticorrupção, mostrando-se como canal pertinente e acessível ao qual podem ser dirigidas as demandas em questão, bem assim tratando de dar respostas efetivas (com reconhecimento de responsabilidades e aplicação de penalidades), sem privilégios e reconhecendo, via de consequência, o valor maior subjacente que é o interesse público.

Céli Regina Jardim propõe a hipótese de que o rompimento da **legitimidade da hierarquia de desigualdades** passa pela **democratização do poder**, o que está de certa forma atrelado à ideia de que "quanto menos se descumprir normas legais, mais direitos se conquistam" (PINTO, 2011, p. 158).

Outorgar direitos igualitários às diversas camadas da população e fazer valer efetivamente o direito - seja no campo do gozo, seja no das obrigações - são condições para o exercício da cidadania ativa e, por certo, essas dimensões

passam pela esfera jurídica. Trata-se de uma espécie de "reintrodução da luta política como luta pelo reconhecimento e por desconstrução e reconstrução política de ordens legais" (PINTO, 2011, p. 159), vale dizer, garantida pelo Poder Judiciário.

Nessa linha, pode-se afirmar que, quanto melhor o controle estabelecido pelo Poder Judiciário - a já afirmada via universal e neutra para o desvelamento da corrupção -, melhor garantido o cumprimento das normas legais, gradualmente melhorado poderá ser o exercício da cidadania, enquanto conquista de direitos por aqueles que se encontravam alijados do espaço público.

Interessante notar, como refere Filgueiras, que "a tolerância à corrupção não é um desvio de caráter do brasileiro, uma propensão e um culto à imoralidade, nem mesmo uma situação de cordialidade, mas uma disposição prática nascida de uma cultura em que as preferências estão circunscritas em um contexto de necessidade, representando uma estratégia de sobrevivência que ocorre pela questão material" (2009, p. 417). Ao brasileiro, portanto, não falta a virtude, mas sim as condições de sociabilidade e cultura, "tendo como horizonte uma democracia que não se resume a seus ritos formais, mas que seja capaz de garantir a adesão do cidadão comum às instituições democráticas, tendo em vista a efetividade da lei e mecanismos democráticos de controle da corrupção" (FILGUEIRAS, 2009, p. 417). Põe-se, em suma, a necessidade da ativação da cidadania, com a efetiva participação popular, para o que o reforço dado pelas atuações do Poder Judiciário pode, conforme acima enunciado, em muito colaborar.

Na mesma linha, claramente pontua José Renato Nalini:

"A Constituição acenou com uma Democracia Participativa e esta só se fará quando todos os brasileiros tiverem condições de acompanhar e influenciar a tomada de decisões políticas em todos os níveis do desempenho estatal. [...]"

O Estado contemporâneo - ou o que sobrar dele - será cada dia mais ético se o protagonismo individual vier a ser estimulado, mediante efetiva cobrança de compostura e zelo de seus agentes." (NALINI, p. 89)

Trata-se, em verdade, de um movimento necessário de internalização de um **sentido de interesse público**, que possa ser capaz de (re)construir uma opinião pública que, mais do que não tomar como naturalizadas as práticas de corrupção (PINTO, 2011), de fato estivesse disposta - e tivesse, por óbvio, abertas as vias para tanto - a intervir no debate e realizar o efetivo controle de moralidade e probidade sobre a esfera política.

Linhas conclusivas

Grassa no Brasil o mal da corrupção, em um ambiente no qual a violação de tais valores parece encontrar solo fértil, ancorada em uma cultura que parece bem aceitar, como natural, a ilegalidade. É preciso, todavia, colocar essa aparência de naturalização em suspensão: as raízes do fenômeno são muito mais amplas e profundas, e é preciso compreendê-las para bem enfrentá-las.

A busca pelas condições e pelos pressupostos da corrupção nos remete a várias dimensões, dentre as quais recortamos - dados os estreitos limites deste estudo - aquela que foi nominada como **legitimidade da hierarquia das desigualdades**, em que práticas que estabelecem direitos distintos, impedem o gozo de direitos de forma igualitária e garantem benesses a determinados estamentos, reproduzidas à exaustão, conformam a visão de que a desigualdade é natural, que privilégios públicos dados a partir da inserção socioeconômica são justificáveis e que, portanto, práticas de apropriação da coisa pública pelo interesse privado podem ser aceitáveis. Tal visão também se ampara no que se pode diagnosticar como **cidadania passiva**, ou **subcidadania**, na medida em que camadas da população são alijadas do processo de efetiva participação na vida pública e, assim, acabam não conseguindo ver - ou vocalizar - sua condição de violentadas pelas práticas corruptas.

Todo esse diagnóstico deve ser traçado e percorrido para que se compreenda que, no Brasil, a luta anticorrupção deve, necessariamente, passar pela via

legitimante do Poder Judiciário, que assumiu, após o advento da Constituição Federal de 1988, importante papel no controle da moralidade e probidade dos bens e interesses públicos.

A desconstrução da anomia do sistema social em face da corrupção passa, como se viu, pela assunção dessa função, de forma clara, pelo Poder Judiciário, que, bem aplicando a Constituição e a legislação - de modo igualitário e neutro -, pode garantir um efeito moral que se dissemine pelos demais sistemas, gerando, de um lado, comprometimento da esfera política e, de outro, ativando as bases de uma cidadania efetivamente colaboradora no controle dos bens e interesses públicos.

A atuação do Poder Judiciário, ágil e eficiente, responsiva às demandas sociais em face de episódios de desvios, ilegalidades e desmandos praticados por governantes no trato da coisa pública, que leve em conta sua gravidade e dê ao tema abordagem séria, bem identificando as situações de efetiva prática corrupta e as separando daquelas em que subjaz mera disputa política, garantindo assim a aplicação das penalidades quando cabíveis e das isenções de responsabilidade quando verificáveis, pode colaborar para aprimorar as instituições e aumentar seus níveis de confiança, estimulando, via de consequência, a crescente participação social no espaço público.

O exercício adequado desse papel, que desvela a corrupção em uma perspectiva avessa à espetacularização, que se afasta da colonização da esfera política - não se prestando a amparar suas disputas políticas e a dar aparência de verdade aos seus juízos apressados -, fortalece a democracia e constrói as bases para que a sociedade possa, vendo resgatada a moralidade política, exercer ativamente a cidadania e participar, de modo efetivo, do controle da coisa pública.

O combate à corrupção pela via judiciária pode, em suma, fortalecer a luta anticorrupção em todos os campos, de um lado, pelo **efeito-demonstração** que proporciona e, de outro, ao mostrar-se como via aberta à sociedade para que esta, de forma eficaz, vocalize suas demandas, certa de que obterá respostas adequadas.

O Poder Judiciário tem, portanto, a importante missão, ao bem desempenhar o controle de probidade sobre as práticas e ações que tocam aos bens e interesses públicos, não só de colaborar para que o grave mal da corrupção - que tantos efeitos nefastos produz, v.g. ao minar o crescimento do país e ao diminuir investimentos públicos em setores tão relevantes quanto educação e saúde - seja extirpado ou ao menos minorado, mas muito especialmente de desencadear uma luta anticorrupção no seio da sociedade, por estimular e propiciar o desenvolvimento de uma cidadania ativa, capaz de movimentar-se na esfera pública e protagonizar a efetiva moralização do espaço político.

Referências bibliográficas

ANJOS NETO, Francisco Chaves dos. **Princípio da probidade administrativa**: regime igualitário no julgamento dos agentes políticos. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Governabilidade, sistema político e corrupção no Brasil. In: _____; FILGUEIRAS, Fernando (orgs.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 43-62.

_____; FILGUEIRAS, Fernando. Apresentação. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (orgs.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 43-62.

BRIQUET, Jean-Louis. Les conditions de félicité d'une croisade morale. Lutte anticorruption et conflits politiques dans l'Italie des années 1990. In: **Droit et Société**, n. 72, 2009, p. 285-301.

FERNANDES, Renato Corona (coord). **Relatório Corrupção**: custos econômicos

e propostas de combate. DECOMPTEC (área de competitividade, equipe técnica). São Paulo: Fiesp, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/custo%20economico%20da%20corrupcao%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opin. Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MENEGUELLO, Rachel. O lugar da corrupção no mapa de referência dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (orgs.). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 63-82.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 44, p. 27-54.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A banalidade da corrupção**: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social**: o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marcos F.G. **Os custos da corrupção**. Cadernos Adenauer, n. 10, 2000.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Report in Brazil**: presented to the Global Fórum II Fighting Corruption The Hague, May 2001. Disponível em: <<http://www.transparencia.org.br/docs/GFIIReport.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

FORTES, Simone Barbisan. Corrupção e poder político. O controle judiciário da moralidade pública e a construção de uma cidadania ativa. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 50, out. 2012. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao050/Simone_Fortes.html> Acesso em: 05 nov. 2012.